

Exílio e oposição ao Estado Novo português no Brasil

JORGE FONTES

O objetivo deste capítulo passa por analisar a trajetória dos numerosos exilados lusitanos em oposição à ditadura portuguesa (1926-1974), radicados no estado de São Paulo, Brasil. É um grupo heterogêneo, reunindo algumas das figuras mais importantes do século XX luso, composto por historiadores, escritores, jornalistas, matemáticos, engenheiros, professores universitários, artistas, entre outros, num movimento de diáspora intelectual que constituiu, na expressão de Antonio Candido, uma verdadeira “missão portuguesa” (2002, p. 15), de modo involuntário.

É parte de uma investigação de mais longo curso, iniciada recentemente. Assim, este estudo avançará com algumas reflexões e problematizações provisórias de cariz metodológico, resenhará brevemente o Estado da Arte e narrará a história destes exilados. Por economia de espaço, cingiremos o nosso escopo geográfico ao estado de São Paulo, importante núcleo oposicionista no Brasil e sede do jornal *Portugal Democrático*.

O século XX foi caracterizado por Michel Winock (2000) como o “Século dos Intelectuais”. Segundo Groppo nesse período verificou-se “um aumento extraordinário das migrações forçadas, quer seja de refugiados políticos propriamente ditos ou de refugiados em sentido geral” (2002, p. 77).

O exílio é uma migração involuntária daquele que teria sonhado ficar em seu país, mas que foi cassado ou que teve de deixá-lo para escapar às perseguições ou a ameaças graves (GROPPPO, 2002, p. 71).

O nosso objeto de estudo delimita-se a um contingente formado por exilados intelectuais, na esteira da definição metodológica avançada por Sirinelli (1998), distinguindo entre uma dimensão sociocultural de intelectual, formada por criadores e mediadores culturais (constituída por jornalistas, escritores, professores secundários etc.), e uma dimensão política de intelectual, engajado politicamente e figura de “consciência” do seu tempo.

Como argumenta Candido, este conjunto de intelectuais “pesou mais do que se pensa em muitos setores: Jornalismo; Artes plásticas; Política; Ensino universitário de Letras; História, Filosofia; Matemática” (2002, p. 15). Daí o autor ter proposto o rótulo de “missão portuguesa” para designar a sua atuação porque “abrangeu boa parte do país e contribuiu para o adensamento de nossa cultura”, sendo uma missão de tipo especial não apenas por não ser formada por grupos definidos nem ter existido oficialmente, mas porque atuou dentro do universo da mesma língua.

Com efeito, segundo Said, o exílio é o “desassossego, o movimento, o estar sempre desinstalado e desinstalando os outros” (2000, p. 55). Também para Sartre o intelectual “é aquele que se intromete naquilo que não lhe diz respeito e que pretende contestar o conjunto das verdades existentes e as condutas inspiradas nessas verdades” (1972, p. 9).

Nesse sentido, interessa aquilatar como uma elite intelectual exilada marginal (e marginalizada) negocea a sua integração e se legitima perante as hierarquias coevas, e faz o diagnóstico das estruturas e narrativas de convivialidade vigentes. Tendo em conta que os exilados são veículos privilegiados para a transmissão de influências políticas e culturais, seja em direção ao país recetor ou ao de partida (GROPPO, 2002, p. 94, 95), a análise das “estruturas de sociabilidade” (SIRINELLI, 1996, p. 248) nas quais estes exilados se movimentam constituem elementos de enquadramento referencial para se indagar como essas relações de intercâmbio configuram novos olhares sobre as identidades e as “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 2002). Ou seja, como se articulam e modelam nas estruturas de sociabilidade, a narrativa e a imaginação da convivialidade lusotropical, da comunidade luso-brasileira, e qual o seu papel na configuração das representações das identidades paulista, brasileira e lusa.

Apesar da sua relevância, a historiografia tem dado pouco destaque a este problema. Como referem Pinto e Martinho (2007, p. 14) enquanto nos estudos a respeito de Portugal pré-pombalino e do Brasil colonial as trocas acadêmicas sempre fo-

ram constantes e mesmo obrigatórias, verificou-se desinteresse de ambos os lados pelo período histórico subsequente à Independência do Brasil em 1822, cenário que se começa a inverter a partir da década de 90 do século passado com a emergência de pesquisas mais direcionadas para os séculos XIX e XX.

As notáveis exceções são Paulo (2000, 2010) com vários trabalhos publicados sobre partes e temas desta “história”, embora o centro do seu trabalho seja a colônia portuguesa que, em contraste com os exilados, apoiava maioritariamente o regime; Silva (2006), que realizou um trabalho baseado na análise do jornal *Portugal Democrático*; Menezes e Matos (2015), que abordando também o tema, apresentam não obstante uma pesquisa mais dirigida para a emigração, bem como Freitas (2006), que trata da presença lusitana em São Paulo. Lemos e Leite (2003), e Gobbi, Fernandes e Junqueira (2002) coordenaram livros com vários capítulos sobre a atividade dos exilados. Pinto e Martinho (2008) coordenaram estudos comparativos sobre o “estadonovismo” brasileiro e luso. Somos autores de um capítulo sobre o exílio português no Brasil, num livro por nós co-coordenado (PAÇO *et al.*, 2019), do qual aproveitamos e reciclamos uma parte para este capítulo.

Um conjunto de obras sobre as personalidades exiladas é também de relevância fundamental, como, por exemplo, as biografias de Lopes (1977) sobre Sarmiento Pimentel, Mello (2012) sobre Ricardo Severo, Leone (2005) sobre Adolfo Casais Monteiro, Rosa (2008) sobre Humberto Delgado, Farinha (1995)

sobre Fernando Queiroga, ou Carlos Guilherme Mota (1994) sobre Barradas de Carvalho, entre outras.

Outro tipo de fontes essenciais são memórias biográficas de Sarmiento Pimentel (1962), Miguel Urbano Rodrigues (2002, 2004), a correspondência epistolar entre Jorge de Sena e Sarmiento Pimentel (2020) e as compilações de artigos de Casais Monteiro em *O Estado de S. Paulo* (2011) e de Victor Cunha Rego (2018) em diversos jornais brasileiros.

Relevante é também, obviamente, toda a produção realizada pelos exilados no Brasil, da qual destacaremos, sumariamente, Cortesão (1955, 1964, 1966), Castro Soromenho (1970), Sertório (1991), Cachapuz (1962), Archer (1957, 1963), Sena (1988), Mário-Henrique Leiria (2017), Galvão (1962), Barradas de Carvalho (1974).

Entre as obras de enquadramento geral, destacamos resumidamente, Cervo e Magalhães (2000), que analisam as relações entre Portugal e o Brasil na longa duração dos séculos XIX e XX, e Gonçalves (2003), que aborda a constituição da comunidade luso-brasileira e as relações entre os regimes políticos no pós-guerra.

A primeira onda de exilados é formada pelos republicanos afastados do poder com o Golpe de Estado de 28 de maio de 1926. Entre estes, destaca-se Sarmiento Pimentel, a figura de referência de todos os exilados posteriores. Chega a São Paulo em 1927, sendo acolhido pelo arquiteto Ricardo Severo (sócio de Ramos de Azevedo, com o qual projetou edifícios como as

Faculdades de Direito e de Medicina, a Penitenciária, Correios e Telégrafos, Teatro Municipal, sendo diretor da Revista Brasileira, do Clube Português, da Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo, entre outras), por sua vez um exilado da fracassada revolta antimonárquica do Porto em 1898.

Sarmiento Pimentel será o presidente do Centro Republicano de São Paulo e fundador da Casa de Portugal em São Paulo, editando com Severo, entre 1930 e 1945, a Revista Portuguesa, com expressivo apoio e participação da intelectualidade paulista.

O endurecimento do regime português, com a constituição do Estado Novo em 1933, e a ocupação nazista da França, onde se encontrava a maioria da oposição republicana, produz um novo surto de exilados para o Brasil. Entre estes destacam-se: Sarmiento de Beires (primeiro aviador a fazer travessia noturna do Atlântico Sul); Jaime de Moraes (ex-governador-geral de Angola e governador da Índia Portuguesa); Francisco Oliveira Pio (chefe de operações do 23º corpo do Exército na Guerra Civil de Espanha); Novais Teixeira (que vai dirigir a Interamericana, o serviço de propaganda dos aliados no Brasil) e Jaime Cortesão. Este último, eminente historiador, será presença assídua na imprensa carioca e paulista, escreve várias obras sobre a história do Brasil e de São Paulo, sendo o curador da exposição das comemorações do IV centenário da fundação de São Paulo, organizando uma exposição montada num dos pavilhões do recém-inaugurado parque Ibirapuera (LEONZO, 1997).

Mas de balde a derrota nazifascista, a nova “Guerra Fria” colocou Portugal no lado antissoviético e na órbita da OTAN. As expectativas de uma reviravolta ficam seladas com o malogro da Revolta da Mealhada de 1947, cujo líder Fernando Queiroga se exila no Brasil, fundando a Frente Cívica Revolucionária (FARINHA, 1995).

Entre 1945-1955 vive-se um período de refluxo na oposição democrática. O movimento de descolonização que emerge no pós-guerra obriga o regime português a concentrar os seus esforços na preservação do império colonial, que, com a revisão constitucional de 1951, se passa a designar império ultramarino português, de modo a melhor se defender juridicamente do direito à autodeterminação emanado das Nações Unidas. Trata-se também de uma fase áurea nas relações estatais luso-brasileiras, sendo que, num contexto de isolamento internacional, a relação com o Brasil revestia-se de superior importância, que se traduz no estabelecimento do Tratado de Amizade e Consulta (assinado pelo governo de Vargas em 1953, ratificado pelo de Café Filho em 1954 e assinado por Kubitschek em 1960), que institui a chamada Comunidade Luso-Brasileira (GONÇALVES, 2003).

Em 1956, funda-se o jornal *Portugal Democrático* (PD) em São Paulo. Até o seu término em 1975, serão publicadas 205 edições. Em torno deste jornal havia gente de todas as tendências: direita e esquerda, socialistas, comunistas e liberais. Lançado por um grupo ligado ao Partido Comunista, dois de seus membros

tiveram papel fundamental: o técnico Manuel Ferreira e o professor universitário Vítor Ramos (FREITAS, 2006, p. 130).

Um ano após a sua criação, um conjunto de jornalistas exilados, que também trabalhavam em *O Estado de S. Paulo* (OESP) sob o beneplácito de Júlio Mesquita Filho (que assume um papel preponderante na recepção os exilados, sendo amigo pessoal de Ricardo Severo, Sarmiento Pimentel e Jaime Cortesão, e abrigan-do no OESP numerosos intelectuais e jornalistas exilados), junta-se à equipa do periódico.

Este grupo, composto por Miguel Urbano Rodrigues (editorialista principal em OESP e editor internacional da revista *Visão*, deputado na Assembleia da República Portuguesa e no Conselho da Europa), Victor Cunha Rego (chefe da redação internacional de *Última Hora* e *Folha de S. Paulo*, fundador do Partido Socialista, presidente da Rádio Televisão Portuguesa) e João Alves das Neves (professor na Faculdade de Comunicação Social Cásper Libero), impulsiona o jornal que se transforma no principal e mais longo meio de imprensa de oposição ao Estado Novo português a nível mundial.

Com efeito, será sobretudo em torno deste periódico publicado em São Paulo, que se irão articular os núcleos de resistência na América, nomeadamente Estados Unidos da América, Canadá, Argentina, Uruguai e Venezuela (RODRIGUES, 2004, p. 48).

O *Portugal Democrático* congregará uma vasta nata de intelectuais exilados, que reúne, em diferentes fases e graus de co-

laboração, além dos nomes supracitados, figuras como o poeta e escritor Jorge de Sena (professor de Literatura em Assis e Araraquara), o matemático Ruy Luís Gomes (futuro reitor da Universidade do Porto), o crítico literário Adolfo Casais Monteiro (colaborador regular de OESP e *O Globo*, professor de Literatura em Araraquara), Veiga de Oliveira (futuro ministro português), o historiador Piteira Santos, a escritora Maria Archer, o historiador Joaquim Barradas de Carvalho (professor na USP, possui o seu nome numa sala do *campus*), Francisco Cachapuz (dirige a editora paulista IPÊ, e escreve vários livros), o poeta Carlos Maria Araújo (colabora regularmente em OESP), o escritor surrealista Mário Henrique Leiria (diretor literário da Editora Samambaia), o escritor Castro Soromenho (um dos fundadores do Centro de Estudos Africanos da USP), Sidónio Muralha (poeta infantil, cofundador da Editora Giroflé), o artista Fernando Lemos (Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique) e ainda o ensaísta Eduardo Lourenço (Prêmio Camões, em 1996), entre muitos outros, sendo de realçar a participação dos líderes anticoloniais Amílcar Cabral e Agostinho Neto, no contexto da colaboração entre parte dos exilados no Brasil e os movimentos independentistas africanos.

Esta presença traduziu-se num diálogo fecundo com figuras da sociedade brasileira que escrevem ou participam em atividades do periódico, tais como Florestan Fernandes, Álvaro Lins, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Antonio Candido, Paulo Duarte, Lígia Fagundes Telles, Helena Silveira, Mário

Schemberg e Luiz Carlos Prestes, os historiadores Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Carlos Guilherme Mota, entre outros. Por restrições legais, os diretores dos jornais foram os advogados brasileiros Octávio Martins Moura (1956-71) e Edson Rodrigues Chaves (1971-74) (SILVA, 2006, p. 37).

As eleições presidenciais de 1958, às quais se candidata o General Humberto Delgado abalam o regime português e renovam as esperanças opositoristas. Contudo, o pleito eleitoral é marcado por fraude e Delgado é obrigado a refugiar-se na embaixada do Brasil a 21 de fevereiro de 1959, na qual é acolhido pelo embaixador Álvaro Lins, e solicita asilo político, chegando ao Recife dois meses depois. No Brasil, Delgado forma o Movimento Nacional Independente, voltado para o derrube do regime por meios de ação direta, treinando milícias na região de Campinas.

Em janeiro de 1960 realiza-se, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a I Conferência Pró-Anistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal, cujo evento foi autorizado pelo governador de São Paulo Carlos Pinto, contrariando ordens expressas do Presidente Kubitschek, tendo tido ampla repercussão internacional (SACCHETTA, 2014, p. 489-497).

Em janeiro de 1961, um grupo de 23 exilados portugueses e espanhóis da Direção Revolucionária Ibérica de Libertação (DRIL), comandados pelo capitão Henrique Galvão, faz o primeiro assalto de um navio transatlântico da história contemporânea, o assalto ao Paquete Santa Maria, no mar do Caribe, com o objetivo de o desviar para Luanda, num projetado ponto de par-

tida para o derrube dos regimes ibéricos. Após a sua apreensão pela marinha norte-americana, os revoltosos negociam a rendição, acordando-se a sua ida para o Brasil, aguardando-se contudo a tomada de posse de Jânio Quadros, que os tinha prometido acolher (PIMENTEL, 2004, p. 339).

Com efeito, a eleição de um novo presidente do Brasil, sob o desígnio da Política Externa Independente, marca um novo período de relações com o regime português, alimentado também pela competição que o aumento da produção de café em Angola representava para o setor cafeeiro paulista e brasileiro (GONÇALVES, 2003, p. 115). Jânio, num autêntico “furo” jornalístico, será entrevistado pelo *Portugal Democrático* em 1963, afirmando que Salazar “tem do mundo uma conceção medieval”, e defendendo a autodeterminação de Angola (PORTUGAL DEMOCRÁTICO, 1963).

Desencadeou-se também a chamada Operação Vagô, o desvio de um avião comercial, que fazia a rota Casablanca-Lisboa, que sobrevoou a capital portuguesa e largou milhares de panfletos contra o regime, em 10 de novembro de 1961. Esta ação foi financiada com dinheiro dos exilados do Brasil e provocou um conflito entre Galvão (que a apoiou) e Delgado (que criticou a sua eficácia). Após serem detidos em Tânger, no voo de regresso, são enviados para o Brasil, sob ampla cobertura mediática. Segue-se a “Operação Ícaro”, a revolta no quartel de Beja de 31 de dezembro de 1961, na qual participa Humberto Delgado,

que entrara em Portugal clandestinamente. Fracassada mais esta tentativa, as cisões no seio da oposição dos exilados irão alastrar.

Além de querelas pela chefia da oposição (Delgado, Galvão, Queiroga, republicanos, socialistas e comunistas), a razão da disputa passava pela divergência entre os setores que queriam fazer a “revolução” a partir do Brasil e do exílio e os que entendiam que a plataforma principal de resistência devia estar no “interior”, sendo a ação dos exilados de suporte a essa luta direta.

Assim sendo, a Associação General Humberto Delgado (AGHD) vai sofrer uma rutura de descontentes com os planos de ação direta de Delgado. Galvão lança a Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres. E surge ainda um novo periódico concorrente ao Portugal Democrático, o Portugal Livre afeto a Delgado.

Numa tentativa de se contornar o problema da dispersão, em outubro de 1961 é criada a Unidade Democrática Portuguesa, com o objetivo de se tornar porta-voz da oposição e realizar iniciativas que transcendiam as esferas de ação do Centro Republicano de São Paulo, do *Portugal Democrático* e do Comité de Intelectuais e Artistas. Publicava um boletim noticioso quinzenal em três línguas – português, inglês e francês – distribuído a dezenas de órgãos de informação de muitos países. Por essa altura, o *Portugal Democrático* também começou a elaborar um documento assinado por todas as organizações democráticas de exilados do continente americano, que era enviado anualmente ao presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, denunciando a repressão e o colonialismo.

Contudo, a emergência da guerra anticolonial em Angola, em 1961, vai dividir a oposição quanto ao destino do império ultramarino, entre apoiantes do direito à independência, como Delgado e os comunistas, defensores do império, como Galvão, ou proponentes de soluções de “meio-termo”, como Jorge de Sena, que propugna a criação de uma Comunidade de Estados Portugueses (PORTUGAL DEMOCRÁTICO, 1960).

O início dos anos 60 é marcado por sessões promovidas sobre a guerra colonial em instituições acadêmicas, inúmeros atos públicos em sindicatos, coletividades culturais, destacando-se um evento a 27 de maio de 1962 no Teatro Paramount de São Paulo, presidido pelo socialista Cid Franco, com cerca de 2000 pessoas, onde também discursa Prestes que se encontrava na semiclandestinidade (RODRIGUES, 2004, p. 52).

O derrube militar do governo de João Goulart em 1964 irá colocar novos desafios aos exilados portugueses. Uns partem, mas o núcleo em torno do *Portugal Democrático* decide continuar a publicar o jornal, evitando imiscuir-se nos assuntos internos brasileiros e adaptando o seu discurso a um cada vez maior foco anticolonial, o que lhe permitiu sobreviver, num cenário em que o Brasil se foi distanciando de Portugal nas votações de condenação na ONU. Foi, assim, o único jornal de esquerda legal no país.

A transição de poder entre Salazar e Marcelo Caetano, em 1968, com uma prometida “abertura”, cria expectativas positivas num setor da oposição. Em setembro desse ano realiza-se uma série de conferências na Pontifícia Universidade Católica (PUC)

sobre a “transição marcelista” e uma exposição intitulada “42 anos de fascismo em Portugal” no Centro Acadêmico de Filosofia da PUC. Os textos apresentados são publicados num número especial da *Revista Paz e Terra* de 1969 (CARVALHO, 1974).

As atividades oposicionistas concentram-se neste período, numa ampla campanha pela amnistia, recolha de fundos para os presos políticos, denúncia do regime português na sociedade brasileira, participação em campanhas internacionais e apoio à luta anticolonial, causa última da queda do regime.

O golpe de 25 de Abril de 1974, conduzido por capitães do exército à procura de uma solução política para o problema colonial, derruba o regime português para gáudio dos exilados. O ato público de comemoração no Brasil tem lugar na Universidade de São Paulo, sob a presidência de Soares Amora, catedrático de Língua Portuguesa. Comparecem dois mil estudantes, no primeiro acontecimento estudantil de massas desde o AI-5 (RODRIGUES, 2003, p. 189).

Sarmiento Pimentel descreve o seu sentimento em carta dirigida a Jorge de Sena: “Foram 47 anos e 54 dias de um cativo onde suportei milhentas e cruéis privações sem nunca ter perdido a esperança do regresso àquela pátria madrastra que trago no coração” (SENA & LEITE, 2020, p. 403).

No dia 5 de outubro de 1974, aniversário da implantação da I República, na qual participou de armas na mão, Sarmiento Pimentel, de viagem em Portugal, recebe a honra de içar a ban-

deira portuguesa no Largo do Município, nas primeiras comemorações oficiais da data em democracia (A CAPITAL, 1974).

Referências

Fontes Primárias

A CAPITAL. *Criar divisionismos é atentar contra o futuro*. n. 2350, 1974, p. 2.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO. *Comunidade de Estados Portugueses*. Ano IV, n. 39, 1960, p. 5.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO. *Salazar tem do mundo uma conceção medieval*. Ano VIII, n. 70, 1963, p. 1.

Fontes Secundárias

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2002.

ARCHER, Maria. *Terras onde se fala português*. Rio de Janeiro: Casa de Estudante do Brasil, 1957.

ARCHER, Maria. *Brasil, fronteira de África*. São Paulo: Felman-Rêgo, 1963.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CACHAPUZ, Francisco. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: LEMOS, Fernando.; LEITE, Rui Moreira (org.). *A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Editora UNESP; Bauru: Editora EDUSC, 2002.

CARVALHO, Joaquim B. *O Obscurantismo salazarista*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

CERVO, Amado; MAGALHÃES, José. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*. Lisboa: Edições do Instituto Camões, 2000.

CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo, Capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955.

CORTESÃO, Jaime. *Introdução à História das Bandeiras*. Lisboa: Portugália, 1964.

CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Lisboa: Portugália, 1966.

FARINHA, Luis. Fernando Queiroga: um revolucionário no exílio. *Penélope*, 16, 1995.

FREITAS, Sônia. *Presença portuguesa em São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

GALVÃO, Henrique. *Depoimento torpedeado: Portugal, a ONU, o salazarismo e a situação na África portuguesa*. São Paulo: Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres Exilados, 1962.

GOBBI, Márcia; FERNANDES, Maria; JUNQUEIRA, Renata. *Intelectuais Portugueses e a Cultura Brasileira: Depoimentos e Estudos*. São Paulo: Editora UNESP, Bauru: Editora EDUSC, 2002.

GONÇALVES, Williams. *O Realismo da Fraternidade Brasil-Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

GROPPO, Bruno. Os exílios europeus no século XX. *Diálogos*, 6 (1), 2002.

LEIRIA, Mario H. *Obras Completas de Mário-Henrique Leiria*. Lisboa: E-primatur, 2017.

LEMOS, Fernando; LEITE, Rui M. (org.). *A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Editora UNESP; Bauru: Editora EDUSC, 2002.

LEONE, Carlos. *O essencial sobre Adolfo Casais Monteiro*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

LEONZO, Nanci. Jaime Cortesão: um condestável em terras brasileiras. *Revista da Cátedra Jaime Cortesão, Instituto de Estudos Avançados da USP*, v. 17, 1, 1997.

LOPES, Norberto. *Sarmento Pimentel ou uma geração traída*. Lisboa: Aster, 1977.

MELLO, Joana. *Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arqueologia brasileira*. Coimbra: Imprensa Universitária de Coimbra, 2012.

MENEZES, Lená; MATOS, Maria. *Portugueses: ações e lutas políticas* (Rio de Janeiro – São Paulo). São Paulo: Verona, 2005.

MONTEIRO, Adolfo C. *Artigos de O Estado de S. Paulo*. Lisboa: INCM, 2011.

MOTA, Carlos G. Joaquim Barradas de Carvalho. *USP, Estudos Avançados*, 8 (22), 1994, p. 289-295.

PAULO, Heloísa. *Aqui também é Portugal: a colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000.

PAULO, Heloísa. A oposição exilada e as eleições de Norton de Matos: entre o apoio e a esperança. In: PAULO, Heloísa; JANEIRO, Helena (coord.). *Norton de Matos e as Eleições Presidenciais de 1949: 60 anos depois*. Lisboa: Edições Colibri/IHC-FCSH, 2010.

PIMENTEL, Irene. *História da Oposição à Ditadura 1926-1974*. Porto: Figueirinhas, 2014.

PIMENTEL, João S. *Memórias do Capitão*. São Paulo: Felman-Rego, 1962.

PINTO, António C.; MARTINHO, Francisco (org.). *O Corporativismo em Português: Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Vargasismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

REGO, Victor C. *Na Prática a Teoria é Outra: Escritos 1957-99*. Lisboa: Dom Quixote, 2018.

RODRIGUES, Miguel U. *O tempo e o espaço em que vivi: Procurando um caminho*. Porto: Campo das Letras, 2002.

RODRIGUES, Miguel U. Portugal Democrático – um jornal revolucionário. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (org.). *A Missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. Bauru: Editora EDUSC, 2003.

RODRIGUES, Miguel U. *O tempo e espaço em que vivi: Revolução e contra-revolução na América Latina*. Porto: Campo das Letras, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. Cultura Política Brasileira: Re-definição no Exílio (1964-1979). *Hispanic Research Journal*, 7: 2, p. 2006.

ROSA, Frederico D. *Humberto Delgado: Biografia do General sem medo*. Lisboa: A esfera dos livros, 2008.

SACCHETTA, José. Ecos da solidariedade imigrante: a documentação policial brasileira sobre a conferência pró-amnistia aos presos políticos de Espanha e Portugal (São Paulo, 1960). *Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade* (22), 2014.

SAID, Edward. *Representações do Intelectual: As Palestras de Reith de 1993*. Lisboa: Colibri, 2000.

SARTRE, Jean-Paul. *Playdoyer pour l-intellectuel*. Paris: Gallimard, 1972.

SENA, Jorge. *Estudos de Cultura e Literatura Brasileira*. Lisboa: Edições 70, 1988.

SERTÓRIO, Manuel. *Humberto Delgado: 70 cartas inéditas*. Lisboa: Alfa, 1991.

SILVA, Douglas M. da. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro 1956-1974*. Lisboa: ICS, 2006.

SIRINELLI, Jean-François. A História Política na hora do “transnational turn”: a ágora, a Cidade, o mundo... e o tempo. In: SIRINELLI, Jean-François. *Abrir a história: novos olhares sobre o século XX francês*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, Réne. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

SOROMENHO, Castro. *A Chaga*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

WINOCK, Michael. *O Século dos Intelectuais*. Lisboa: Terramar, 2000.